

NOTÍCIAS AFRICANAS 42

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

20.12.93 A 2.1.94

ÁFRICA DO SUL

A política externa proposta pelo ANC

Assinado por Nelson Mandela, a revista *Foreign Affairs* (nov-dez 1993) publicou um artigo intitulado "A futura política externa da África do Sul". Extraímos e traduzimos de sua primeira parte o resumo que se segue.

Novos pilares para um novo mundo

O Congresso Nacional Africano (ANC) acredita que o traçado de uma nova política externa para a África do Sul é um elemento chave para a criação de um país pacífico e próspero. Essa nova política não poderá ser realizada até que a África do Sul possa participar integralmente das questões internacionais. Durante quatro décadas, as relações internacionais da África do Sul foram prejudicadas pela questão do *apartheid*. No final dos anos 80, a África do Sul era um dos Estados mais isolados do mundo. Modificar isso não será tarefa fácil.

Os pilares sobre os quais se sustentará a nossa política externa se baseará nos seguintes princípios:

- Os direitos humanos são uma questão central nas relações internacionais e se estendem além do campo político, abrangendo questões econômicas, sociais e ambientais.

- As soluções permanentes e justas para os problemas da humanidade só virão através da promoção da democracia em todo o mundo.

- As relações internacionais devem ser guiadas por considerações de justiça e de respeito pela lei internacional.

- A paz é o objetivo pelo qual todas as nações devem se empenhar e, quando isso for rompido, devem ser empregados mecanismos não-violentos internacionalmente aceitos, aí incluindo um efetivo controle de armamento.

- Os interesses relativos ao continente africano devem estar refletidos nas nossas opções de política externa.

- O desenvolvimento econômico depende de uma cooperação regional e internacional crescente num mundo interdependente.

Essas convicções estão em evidente contraste com o que, por quase cinco décadas, a África do Sul do *apartheid* conduziu as suas relações internacionais.

Democracia e diversidade

Porque o mundo tem sido um lugar muito perigoso a comunidade internacional não pode renunciar ao objetivo de defesa

dos direitos humanos. A campanha *anti-apartheid* foi a mais importante cruzada levada a cabo depois da Segunda Guerra Mundial. Como consequência, a defesa dos direitos humanos é a luz que guiará a nossa política externa.

Alguns sugerem que está emergindo uma divisão entre os países que toleram a diversidade e aqueles que não a toleram. Estes se defrontam com problemas intestinos que destroem o potencial de seus povos. No nosso caso, o ANC sempre teve como crença básica o respeito à diversidade. Nosso objetivo em política externa será o de promover instituições que, através de meios democráticos, criem um mundo onde a diversidade seja assegurada.

O ANC considera que a ONU tem um papel central na obtenção de uma segurança global mas, para isso, deve ser reorganizada. Ela não pode ser dominada por uma só potência ou por um grupo de potências. Esperamos que, com as mudanças, o Conselho de Segurança venha a expressar um quadro completo da vida internacional.

Nosso destino africano

A África do Sul não pode escapar ao seu destino africano. Tal como a ONU, a Organização de Unidade Africana (OUA) deve ser atualizada de acordo com as mudanças ocorridas no mundo.

A atenção que passou a ser concedida à Europa do Leste provocou, segundo os analistas, a marginalização e o enfraquecimento da posição econômica do continente. A África deve responder a isso, transformando a base de sua economia. Para tal, são necessárias maior cooperação entre os países do continente e a reestruturação das redes de comércio.

África Austral

Essa região tem uma prioridade especial na nossa política externa. Nós constituímos parte inseparável da África Austral e o nosso destino está ligado a essa região, que é muito mais do que um conceito geográfico. O padrão de nossas relações históricas na África Austral tem sido, contudo, desigual e injusto. A economia regional, construída a partir do colonialismo, produziu a dominação de um país (África do Sul) e incorporou outros países numa situação de dependência, quer como reservas de mão-de-obra e mercados e fornecedores de serviços (como transporte), quer como provedores de recursos convenientes e baratos (como água, eletricidade e certas matérias-primas). As exportações visíveis da África

do Sul para os países da região estão, face às importações, numa relação de cinco para um.

Nós devemos expandir a exportação de manufaturados para a região e todo o continente. Os nossos vizinhos devem também aumentar suas exportações para a África do Sul. Há certos projetos feitos no âmbito da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), como os de energia hidrelétrica, que só podem ser economicamente viáveis prevendo a exportação para a África do Sul.

No entanto, uma África do Sul democrática resistirá a qualquer tentativa ou pressão para defender interesses que redundem em prejuízo para os países da região. Em parceria com os seus vizinhos, a África do Sul democrática promoverá a criação de estruturas regionais de prevenção e administração de crises. Também serão criadas instituições que facilitarão a mediação e a arbitragem dos conflitos. É nossa preocupação que os programas de incremento à cooperação e integração na África Austral sejam sensíveis às desigualdades existentes nas relações econômicas da região. Todas as decisões visando a um mercado comum ou a uma comunidade econômica devem assegurar que o desenvolvimento industrial da região como um todo não seja prejudicado. Ao forjar esses laços com seus vizinhos, o ANC estará, dentro da tradição africana, implementando uma maior unidade do continente.

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEEA)

Bombas contra o Cuíto causam estragos em Lusaca 3
Savimbi diz a Clinton que recebeu novo 1975 5
Xenofobia organizada explode em Luanda 5
Angola expulsa 'empresários' 8
Violentos combates em Angola 8
Viragem sul-africana deve ser gradual 10
Autodeterminação afrikaner 11
Motim no acantonamento 12
Demissões em Cabo Verde 13
'Independência' dos brancos de Orange 14

ÁFRICA DO SUL

Imbatível nas pesquisas o ANC dos moderados

As sondagens de opinião pública indicando o ANC como virtual vencedor nas eleições de 27 de abril de 1994 fortaleceram os setores moderados do movimento liderado por Nelson Mandela. O risco de acontecer o descontrolado radical da juventude do movimento parece estar afastado. Os 65% de aceitação popular proporcionam a manutenção, sem o perigo de traumas no movimento, da estratégia de conquista do poder baseada na transigência, executada pela cúpula do ANC.

Poucos imaginavam tão altos níveis de apoio popular ao ANC. Antes das últimas pesquisas, as projeções mais otimistas apontavam números próximos de 48% de votantes no ANC. Steven Friedman, do Centro de Estudos Políticos de Johannesburg, em artigo publicado no *Journal of Democracy*, no mês de abril de 1993, chegou a prever a necessidade de uma composição entre o ANC e o PAC para tornar possível a maioria negra no futuro governo de coalizão que sairá das urnas no dia 27 de abril.

Há claras conexões entre a possibilidade de esmagadora vitória do ANC

e o comportamento da direita branca sul-africana. Enquanto os liderados de Mandela apostam tudo na realização do pleito eleitoral — defendendo a participação de todos para investir de maior legitimidade os resultados eleitorais —, brancos e negros avessos ao ANC recusam categoricamente os convites para ingressar no processo eleitoral.

O anunciado, e logo depois desmentido, acordo em que a Frente do Povo Africâner aceitava participar do processo eleitoral revela muito das complicações atuais do quadro político sul-africano. A Frente do Povo Africâner, embora fazendo parte de um amplo arco de forças de direita denominado Aliança pela Liberdade, vinha há algum tempo realizando conversações secretas com representantes do ANC. Em troca do compromisso de criação de um Estado africâner autônomo, líderes brancos admitiram apoiar e participar das eleições de 1994.

O recuo da Frente do Povo Africâner foi provocado pelos outros membros da Aliança pela Liberdade. Aparentemente, partiu do Inkatha o veto

ao acordo firmado entre o ANC e a Frente do Povo Africâner. Também federalista, o Inkatha estaria, portanto, contraditoriamente vetando exatamente o que ele mais deseja. No entanto, é necessário compreender a postura do Inkatha relacionando-a aos índices de intenção de voto do ANC. Para Buthelezi, não basta a criação de um Estado federado, pois, mesmo no Kawazulu, o distrito onde se localizam as bases do Inkatha, há nítida preferência eleitoral pelo ANC.

O poderio eleitoral do ANC parece constituir fator de instabilidade política na África do Sul. Forças consideradas importantes politicamente detêm, vê-se agora, peso eleitoral pífio. Mesmo o Partido Nacional, responsável direto pelas transformações operadas no país, não consegue converter em intenções de voto o prestígio internacional de Frederick de Klerk. Ao contrário, o reformismo de De Klerk diminuiu dramaticamente o apoio africâner ao Partido Nacional.

Roquinaldo Amaral Ferreira
(Pesquisador do CEEA)

ANGOLA

A quem não interessa o fim da guerra

O atual entrave às negociações entre o governo e a Unita deriva de um ataque supostamente realizado pela aviação governamental ao Cuito, exatamente quando se realizava um comércio com a participação de Jonas Savimbi. A Unita imediatamente passou a explorar o fato como uma tentativa de dar fim ao seu líder. O governo, por sua vez, desmentiu a denúncia e afirmou se tratar de mais uma manobra da Unita para retardar o cessar-fogo. Até o momento não há maiores detalhes sobre o ataque. As negociações estão paralisadas até, provavelmente, que o paciente Alioune Beye consiga convencer as duas delegações a retomarem as reuniões. Para isso, Beye sugeriu a criação de uma comissão que investigue o caso.

Tanto a Unita quanto o governo sabem que a decisão unilateral de extinguir as atuais negociações tenderia a denegrir ainda mais a imagem que ambos atualmente possuem junto aos observadores internacionais. Incapazes de se retirarem da mesa de negociações, os dois rivais permanecem te-

cendo acusações mútuas que dificultam a possibilidade de futuras negociações com maior seriedade, além de causar um sentimento de desesperança total na maior parte do povo angolano.

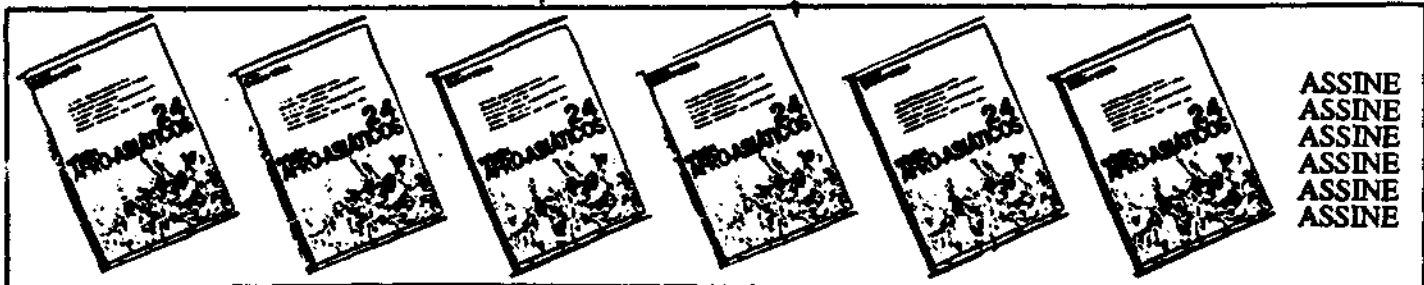
Por que esse sentimento na maior parte e não em todo o povo angolano? A resposta a essa pergunta provavelmente solucionaria também a questão dos vários entraves surgidos no decorrer das negociações e que acarretam na perda de um tempo precioso para reconstruir o país e no aumento assustador do número de mortos em consequência da guerra.

A situação de guerra, apesar de persistir por mais de 15 anos na República angolana, determina uma situação emergencial, acarretando em rotinas administrativas que facilitam a tomada de decisões arbitrárias. Esse, sem dúvida, constitui o principal caminho para se obter ganhos ilícitos. Evidentemente, só os quadros da administração e do governo têm acesso a tal caminho e é esse grupo, sempre acusado pelos observadores interna-

cionais como corruptos, que participa das decisões com referência ao fim da guerra. E o fim da guerra corresponderia ao fim de suas regalias e da possibilidade de "ganhos extras".

O interesse na permanência da situação não parte somente dessa camada corrompida que se concentra em Luanda. Os quadros médios da Unita também sabem que o fim da guerra levará a um enxugamento do movimento e muitos desses quadros ficarão órfãos. O fim da guerra pode significar, para esses grupos no governo e na Unita, o fim dos "esquemas" e das doações que os sustentam e lhes proporcionam excelentes condições de vida em detrimento da maior parte do povo angolano, que continua sujeita aos mandos e desmandos dos dois beligerantes. O impasse nas negociações é muito bem-vindo por essa pequena parcela que se interessa pela permanência do conflito.

Marcelo Bittencourt
(Pesquisador do CEEA)



Negociações de paz angolanas por um fio

Bombas contra o Cuíto causam estragos em Lusaca

PÚBLICO, 14 12 93

UM ALEGADO atentado contra a vida do presidente da UNITA, perpetrado pela aviação governamental quando Jonas Savimbi se encontrava no Cuíto, capital da província central do Bié, ameaçava ontem à tarde minar o ambiente de confiança e gerar as negociações de Lusaca, enquanto o mediador das Nações Unidas e os observadores do processo de paz — Estados Unidos, Portugal e Rússia — tentavam febrilmente reactivar o diálogo entre entre os beligerantes.

A UNITA entregou ao representante especial da ONU, Alioune Blondin Beye, uma cópia do comunicado emitido pela sua direcção política sobre o assunto. Ali se diz que aviões governamentais atacaram sábado o Bié tentando matar Savimbi, pondo em causa todo o trabalho realizado desde há quatro semanas pelos negociadores.

Segundo o responsável para a Informação da UNITA, Jorge Valentim, os aviões bombardearam intensamente a cidade quando Jonas Savimbi explicava aos seus partidários os progressos e as implicações do diálogo de Lusaca. Vários civis morreram e dois guarda-costas do dirigente ficaram feridos no ataque. "Para nós,

uma tentativa [de assassinio] do nosso chefe é uma questão de vida ou de morte para toda a UNITA", disse o porta-voz da organização.

Os representantes da UNITA na capital da Zâmbia — general António Dembo, vice-presidente da organização, general Eugenio Manuvakola, secretário-geral, e general Arlindo Chenda Pena "Ben-Ben" — foram recebidos durante duas horas pelo mediador da ONU a quem entregaram o documento cujo teor o diploma prometeu investigar, querendo até uma testemunha do ataque, um funcionário do Programa Alimentar Mundial (PAM), que se encontrava na cidade.

A UNITA quer saber nomeadamente o que está por detrás do ataque da aviação governamental, que contraria, segundo a sua delegação em Lusaca, o ambiente de confiança, e se com esta acção o Governo pretende o fim das negociações e a continuação da guerra.

Segundo a agência Lusa, Beye terá tentado minimizar a importância do incidente sublinhando não possuir ainda dados suficientemente seguros sobre o incidente para tomar uma posição mais dura. O diplomata disse que vai aguardar

o relatório da equipa da UNAVEM (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola), ouvido o técnico da PAM, sublinhando o trabalho já realizado para se conseguir um cessar-fogo e a necessidade de manter os esforços para acabar com 18 anos de guerra.

Os jornalistas em Lusaca não conseguiram qualquer comentário da delegação do Governo que permaneceu todo o dia incomunicável. Analistas vinham considerando o Cuíto, cidade onde já morreram mais de 25 mil pessoas e os beligerantes combatem a poucos metros uns dos outros, um barómetro da situação político-militar angolana.

O incidente ocorreu depois de um fim-de-semana de intenso trabalho durante o qual os negociadores começaram a clarificar algumas questões políticas — formação de uma polícia nacional, administração central e local e o lugar a ocupar por Savimbi num futuro elenco governativo de unidade nacional — depois de terem alcançado um consenso relativamente aos aspectos militares que impediam a declaração de um cessar-fogo. Marie Sanz, da AFP, considerava ontem como "iminente" o fim formal das hostilidades.

Fontes diplomáticas citadas pela mesma agência tinham mesmo admitido uma declaração "importante" que entretanto não chegou.

O incidente interrompeu o diálogo sobre um dos mais espinhosos aspectos das negociações de Lusaca — o da formação de corpo de polícia nacional. Estava sobre a mesa um documento elaborado pela comissão militar conjunta que estabelecia a formação do novo corpo. Os negociadores tinham reservado para a tarde a sua decisão final sobre a aprovação — ou não — do documento. Este sublinha a entrada de elementos da UNITA no contingente a formar, o qual teria um comando unificado e actuaria sobre todo o território. Um outro documento, este sobre os parâmetros do mandato da futura UNAVEM (III), apresentava aos negociadores as ideias da ONU para o reforço quantitativo e qualitativo dos efectivos da organização internacional para a verificação das tréguas, tutelar a entrega das armas e vigiar os lugares de acantonamento. Tudo ficou por discutir, porque já não houve sessão plenária. ■

Alegado atentado contra Jonas Savimbi

Funcionário da ONU apenas confirma bombardeamento aéreo ao Cuíto

O REPRESENTANTE da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye, prosseguiu ontem, em Lusaca e Luanda, os seus esforços para salvar as negociações da capital da Zâmbia, iniciadas há quatro semanas, que um alegado atentado realizado, sábado, por aviões do Governo contra o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, pode deitar tudo a perder.

Segundo a agência Lusa, Beye ouviu o funcionário do Programa Alimentar Mundial, Hans Viktor, que assistiu ao ataque, e a UNITA apresenta como testemunha do incidente, o qual não confirma, no entanto, totalmente, a versão da organização rebelde.

Segundo Viktor, que apresentou primeiro o seu testemunho ao seu superior hierárquico, Philippe Borel, em Luanda, Jonas Savimbi encontrava-se mesmo no Cuíto, mas mais longe do local bombardeado por aviões — que não identificou como do Governo — que dispararam quatro roquetes contra um armazém situado nos arredores da cidade, numa área sob controlo da UNITA,

matando um número ainda indeterminado de pessoas, incluindo dois dos seus guarda-costas.

A UNITA protestou entretanto "enérgica e veementemente" e exigiu "explicações claras" ao Governo sobre o bombardeamento ao Cuíto, ao mesmo tempo que o seu delegado em Nova Iorque entregava no Conselho de Segurança um relato dos acontecimentos. O Conselho reúne-se hoje para nomeadamente deliberar sobre o prolongamento da Missão de Verificação da ONU em Angola.

A guerra passou ontem, brevemente, para o papel, com a delegação da UNITA, em Lisboa, a explicar o ataque — sábado, no Cuíto, quando eram 15h22, com quatro caças-bombardeiros Su-22 e 25 — e o Governo a emitir, em Luanda, um comunicado onde expressa o seu "mais vivo repúdio pelos métodos diversionistas utilizados por esta organização, na sua renovada e vã tentativa de iludir o povo angolano e a comunidade internacional".

Apesar de o Governo angolano ter desmentido, segunda-feira

LUANDA DESMENTE AUTORIA DE ATENTADO — A delegação do Governo angolano às negociações de Lusaca desmentiu ontem à noite a autoria de qualquer atentado contra a vida do dirigente da UNITA, Jonas Savimbi. Numa reunião de duas horas, na capital da Zâmbia, com o representante da ONU, Alioune Blondin Beye, e os observadores do processo de paz angolano, os negociadores governamentais disseram que há já três meses que a aviação não ataca o Cuíto e que, de qualquer modo, nem um ataque aéreo é um atentado nem a presença do líder na cidade era sua conhecida. A UNITA recusou entretanto caracterizar a paragem das negociações de Lusaca como um "impasse" manifestando-se disposta a prosseguir o diálogo com o Governo, segundo disse ontem ao princípio da noite, em Washington, um porta-voz da representação da oposição armada angolana nos Estados Unidos. A mesma fonte, citada pela agência Lusa, disse no entanto que o bombardeamento, sábado, à cidade do Cuíto, no momento em que Jonas Savimbi falava aos seus simpatizantes na capital da província do Bié, foi "uma tentativa de sabotagem" das conversações. O "compasso de espera" nas negociações de Lusaca deu-se porque a UNITA "pediu esclarecimentos ao Governo antes de avançar com as conversações", acrescentou aquele porta-voz. Segundo um comunicado da UNITA divulgado em Washington, o ataque de sábado foi a terceira tentativa do Governo contra a vida de Savimbi. (pág. 23) PÚBLICO, 14 12 93

à noite, verbalmente, em Lusaca, e entretanto, por escrito, em Luanda, a sua participação no ataque ao líder da oposição armada, a UNITA reafirmou ontem de manhã, numa sessão plenária convocada por Blondin Beye, a acusação que levou à suspensão, no dia anterior, das negociações para a paz em Angola.

A sessão, que começou com duas horas de atraso, não abordou nenhum dos assuntos em agenda,

partando-se por uma acesa troca de palavras entre as duas delegações.

O mediador da ONU deslocou-se ontem a Luanda, onde ao princípio da tarde se encontrou com o Presidente angolano, com quem discutiu o incidente que pode torpedear os esforços de paz. Segundo uma fonte que acompanha as negociações, citada pela Lusa, Beye foi receber a garantia de José Eduardo dos Santos de que o caso não se repetirá. ■

Fátima Roque lança livro polémico sobre o processo de paz

Portugal podia ter evitado matanças em Angola

PÚBLICO, 16 12 93

Adelino Gomes

A ausência de resposta aos seus apelos impeliu-a a "repor a verdade". Não para acusar alguém, mas "para os inocentes poderem perdoar". Na hora da atribuição das culpas do descarrilamento do processo angolano, a dirigente da UNITA e professora universitária Fátima Roque não poupa as Nações Unidas e os países observadores.

A dirigente da UNITA Fátima Roque lançou um livro, antontem, em Lisboa, no qual acusa a ONU e os países observadores do processo de paz angolano, em particular Portugal, de cumplicidade face àquilo que designa como sinais de fraude eleitoral e actos de "limpeza étnica" sobre dirigentes da UNITA e milhares de pessoas afectas ao partido liderado por Jonas Savimbi.

Fátima Roque, 41 anos, professora na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, participou nas últimas reuniões da CCPM (Comissão Política-Militar), antes do recomeço da guerra civil no país, nos primeiros dias de Novembro de 1992, permaneceu, durante três meses, "sob custódia" do Governo angolano, e é nestas experiências que baseia o livro "Angola: em Nome da Esperança".

Ao considerar as eleições "na generalidade livres e justas", a representante especial das Nações Unidas, Margaret Anstee,

"ignorou" o relatório da Unavem II de 16 de Outubro de 1992, preferindo-lhe as conclusões de um relatório do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), uma estrutura que a autora considera dominada pelo Governo. O documento do CNE reconhecia apenas a existência de deficiências e irregularidades, enquanto o relatório da Unavem II concluía que "em alguns casos, o volume total dos votos perdidos ou ganhos por cada candidato é susceptível de distorcer os resultados nacionais finais", escreve a dirigente da UNITA.

A autora acusa ainda tanto Anstee como os representantes de Portugal, dos EUA e da Rússia na CCPM (Comissão Conjunta Política-Militar), de não terem atribuído qualquer importância a uma pergunta por ela própria feita no decorrer da última reunião deste organismo, em 29 de Outubro, sobre o destino dado "aos cerca de dois milhões de votos excedentários — que ninguém, até àquela data, sabia dizer onde estavam guardados".

No quarto dos cinco capítulos do livro, intitulado "O genocídio de um povo", a autora diz que, apesar de possuir "informações precisas do que se estava a passar em Luanda", o Governo português "tentou mesmo justificar a 'matança' dos dirigentes, quadros e simpatizantes da UNITA", que teve início em 31 de Outubro de 1992 em Luanda, Viana, Icolo, Bengo e Malange. "Se o mediador de Bicesse tivesse tido uma postura digna do nome que Portugal ocupava em Angola, outros milhares de vidas teriam sido poupados", prossegue, reportando-se a declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros português, José Manuel Durão Barroso, à RTP, no dia 2 de Novembro daquele ano.

Ao dizer que se registavam em Luanda "actos de pilhagem, actos de vandalismo, alguns casos de vinganças", o responsável da diplomacia portuguesa "não teve visão política e demonstrou não ter entendimento humano do sentido da história", conclui a autora, que é casada com o banqueiro Horácio Roque.

Fátima Roque considera que o Governo português poderia igualmente ter minorado os efeitos dos confrontos no Lubango, no início deste ano. "Ter-lhe-ia bastado condenar com

veemência ao menos a ['limpeza étnica'] do Lubango. Ali não havia o tal 'golpe de estado' [invocado pelo Governo] para ser usado como desculpa para o ataque traiçoeiro contra as populações".

A dirigente angolana conta que o silêncio português lhe foi justificado mais tarde, "na presença do representante norte-americano na CCPM", com o argumento de que "o ministro Durão Barroso estava fora e não tinham tido oportunidade de o contactar".

No capítulo anterior do livro, em que dá a sua visão dos acontecimentos que antecederam a eclosão dos confrontos que culminaram com a morte de dirigentes e o aniquilamento da UNITA em Luanda, Fátima Roque chama a atenção para a disparidade das reacções do Governo de Lisboa face à morte de portugueses, em dias diferentes, em Luanda.

No primeiro caso, ocorrido no dia 30 de Outubro, e apesar de ela própria ter ouvido dizer ao embaixador de Portugal em Angola que "não era possível imputar responsabilidades a ninguém" pela morte de três portugueses durante uma troca de tiros na área do bairro Cassenda, Cavaco Silva exigiu explicações ao movimento de Jonas Savimbi; em contraste com o silêncio oficial num segundo, em que outros tantos portugueses foram abatidos a tiro na zona da Maianga "por um agente da polícia, que os confundiu com elementos da UNITA em fuga".

A autora insere este episódio numa cadeia de acontecimentos em que inclui também o ataque ao aeroporto de Luanda, por si classificado como "mais um vector da farsa que o Governo de Angola preparou para alertar a comunidade internacional e a comunicação social para os 'instintos golpistas' do partido de Savimbi". Fátima Roque invoca, como testemunho, "um alto dirigente do MPLA" (cujo nome não indica), durante uma visita ao hotel Império, onde a dirigente da UNITA, receando pela sua vida, se refugiou junto dos militares portugueses que acompanhavam o processo de paz. "A simulação [do ataque ao aeroporto], explicou-me essa 'visita', tinha dois objectivos: mostrar à opinião pública internacional a necessidade urgente e a obrigação que o Governo tinha de defender as populações, expulsando da cidade a 'UNITA-militar'; e evitar a concretiza-

ção da segunda parte da história, fabricada pelo Governo, que era a tentativa de fuga dos dirigentes da UNITA".

Fátima Roque diz que "nem queria acreditar no que estava a ouvir", quando o alto dirigente governamental comentou, a finalizar a história: "... e vocês, que têm a mania que têm dirigentes muito espertos, mais uma vez saíram ludibriados".

Cuão "repõe a verdade"

O livro assume-se como um depoimento pessoal, tornado imperioso depois dos resultados nulos de outras iniciativas, entre as quais a autora salienta pedidos de ajuda "a imensa 'gente importante' de vários governos".

"Tudo o que nos resta é a esperança", disse Fátima Roque, na sessão de lançamento, referindo-se ao povo angolano, "dividido pela mentira, pela propaganda, pelo ódio, pelo ressentimento".

"A história não sou eu que escreverei", reconheceu, dizendo porém que espera que o seu depoimento reponha a verdade. "Não para os culpados serem julgados, mas para os inocentes poderem perdoar e enfrentar a realidade sem medo do futuro".

O bombardeamento do Cuito, disse Fátima Roque ao PÚBLICO, "vai ajudar também a repor a verdade, e só com isso se encontrará um pacote negocial que satisfará os anseios e os receios de cada um".

Para além de representantes da UNITA e de individualidades políticas que habitualmente apoiam as posições deste partido em Portugal, assistiram à sessão oficiais portugueses que acompanharam a formação do exército único angolano, entre eles o general Tomé Pinto.

Apesar do conhecimento profundo dos principais protagonistas da guerra entre o Governo e a UNITA, estes oficiais superiores regressaram a tarefas totalmente afastadas da questão angolana, à semelhança de Tomé Pinto, que chefiou a componente militar portuguesa junto da CCPM e está colocado neste momento no Supremo Tribunal Militar.

"Angola: em Nome da Esperança" tem cerca de 200 páginas e assinala a "segunda vida" da colecção Ensaios e Documentos, da Bertrand Editora, que prossegue com o livro de memórias da antiga primeira-ministra britânica Margaret Thatcher. ■

Savimbi diz a Clinton que recebeu novo 1975

PÚBLICO, 16.12.93

JONAS SAVIMBI diz que interpretou os acontecimentos que se seguiram às eleições de Setembro de 1992, em Angola, "como uma repetição de 1975", e por isso decidiu denunciar "a fraude", pela rádio, num discurso "forte, talvez demasiado forte". A confissão vem contida numa carta de 17 páginas, endereçada pelo presidente da UNITA ao presidente norte-americano "William P. Clinton", em 15 de Novembro passado, e a que o PÚBLICO teve acesso integral.

A carta começa com uma profissão de fé do líder e do seu partido na "paz em Angola", dado que "a tragédia do ano passado, período no qual morreram cem mil cidadãos angolanos por causa da guerra, da fome e da doença, não pode continuar".

Savimbi historiciza então os acontecimentos dos últimos 20 anos, queixando-se de que o seu partido foi defraudado do direito à autodeterminação em 1975, "por um conluio entre o MPLA, o almirante Rosa Coutinho ["Continuho" no texto, por diversas vezes] representando o governo de Portugal, e o governo de Cuba, com o apoio da União Soviética".

Depois de se referir aos Acordos de Paz em Bicesse, e ao pequeno papel atribuído às Nações Unidas no controlo do processo eleitoral Jonas Savimbi desmonta as principais acusações dirigidas à UNITA, a saber, a partir de Fevereiro de 1992, dizendo que "o governo teve sucesso na maioria dos seus intentos", entre os quais inclui a alegada implicação da UNITA no assassinato de portugueses e angolanos em Cabinda.

Savimbi demora-se depois na explanação dos processos alegadamente utilizados pelo governo na viciação dos resultados eleitorais. "Concordamos com os que elogiaram a calma e o entusiasmo disciplinado com que os eleitores angolanos celebraram a sua primeira experiência democrática", começa por escrever, acrescentando depois que "a manipulação se baseou simplesmente" na falta de observadores com experiência, no controlo pelo governo do processo eleitoral ("através do Ministério da Administração Interna, dos serviços secretos e da polícia de emergência") de um corte de energia na noite das eleições, "que apagou os dados do sistema computadorizado do CNE", e de um sistema de propaganda montado por conselheiros do MPLA que forneceu "projeções espúrias durante os primeiros dias após o fecho das urnas".

O abandono dos oficiais gerais dos lugares que ocupavam nas FAA, dias mais tarde "foi visto pelos observadores oficiais e

pela Unavem como um acto agressivo", reconhece Savimbi que garante em seguida que as forças da UNITA na capital ("menos de 300 homens, com funções de protecção"), não se envolveram nem "num alegado ataque ao aeroporto de Luanda, na madrugada de 30 de Outubro", nem numa "alegada tentativa de golpe de Estado", no dia seguinte.

"Passei toda a minha vida adulta a guerra. A UNITA foi traída duas vezes — em 1975 e em 1992 — depois de ter acreditado que tinha vencido a batalha pe-

la democracia. Tenho perto de 60 anos. Não tinha estômago para outra ronda de brutal carnificina", prossegue Savimbi, para justificar a "relutância" com que voltou "a vestir o uniforme outra vez e planejar uma nova campanha" no Huambo, que o seu movimento decidiu conquistar, para "falar de uma posição mais forte".

Depois de reconhecer os resultados eleitorais, apesar das suas "intrínsecas deficiências", o líder angolano repete as propostas avançadas dias após a conquista do Huambo: "Partilha do poder durante alguns anos num governo de unidade nacional e

centralização administrativa que permita o restabelecimento das feridas causadas pela limpeza étnica."

Savimbi acrescenta a estas duas condições a necessidade de uma supervisão internacional do cessar-fogo e o aquartelamento das forças dos dois lados ("incluindo a polícia de emergência"), sublinhando que estes eram, afinal, os termos da agenda que estavam em discussão em Luanda "na última semana de Outubro de 1992", bem como nas malogradas negociações de Abidjan. e A.B.

Xenofobia organizada explode em Luanda

PÚBLICO, 16.12.93
Aguiar dos Santos,
em Luanda

Em poucas horas mais de 20 armazéns de Luanda foram saqueados, numa acção organizada contra os comerciantes estrangeiros, libaneses sobretudo. A polícia também lá estava, mas queria o mesmo que os saqueadores: a comida das lojas. O comandante da polícia de Luanda explicou a acção dos seus homens. "Eles têm fome e sabem da existência nos armazéns de bastante comida."

Dezenas de armazéns saqueados e um número indeterminado de mortos eram o balanço possível ontem, após o Governo ter ordenado, na segunda-feira, a expulsão de cerca de 50 comerciantes estrangeiros e a requisição de enormes quantidades de mercadorias.

O mal-estar contra o comércio especulativo controlado sobretudo por libaneses, malianos, indianos e senegaleses já se arrastava há longos meses. Recorrendo ao expediente de "importação sem dispêndio de divisas", estes comerciantes ditavam as regras no câmbio paralelo do dólar — vendido nas ruas pelas linguiças, nome que em Luanda se dá às mulheres que se dedicam

a esta operação —; recusavam notas de baixo valor facial e até cheques visados.

Comercializando apenas com dinheiro fresco, com paridade no câmbio diário, entesouravam impressionantes somas de novos kuanzas, o que deixou os bancos sem liquidez para pagamentos. A televisão local mostrou este monte de notas na noite de terça-feira.

Receando explosões de descontentamento, que fermentam nos musseques (bairros pobres), as autoridades viram na expulsão destes comerciantes o bode expiatório à mão de semear. E apesar das advertências feitas para que não fizessem justiça por mãos próprias, multidões famintas pilharam mais de 20 armazéns, já depois de, em pânico, os seus proprietários — sobretudo libaneses, ou "os árabes", como os trata a população — terem fugido ou estarem sob custódia policial.

Nas ruas da Cuca e do Cazenga, dois dos mais populosos bairros de Luanda onde, além da miséria, campeia a criminalidade, viram-se populares carregando à cabeça sacos de feijão, grades de cervejas e até motorizadas. Ao bom estilo do "far-west" travou-se então um forte tiroteio entre a população e agentes da polícia. Todos queriam os produtos saqueados que o Governo prometeu requisitar para o Natal.

Testemunhas disseram que a pilhagem começou quando a polícia desarmou os seguranças privados que guardavam os armazéns. Depois, fingindo manter a ordem, os agentes foram disparando indiscriminadamente. "Não se pode dizer que morreram poucas pessoas porque os disparos foram directos à multidão.

Não se trata de criminosos civis, uma vez que apareceram armados e em curtos da polícia", conta um habitante do Cazenga, após o assalto às lojas dos cidadãos senegaleses.

No rescaldo das pilhagens foram detidas cerca de 150 pessoas, entre as quais dezenas de polícias, pouco depois soltos por falta de espaço prisional. Mas a melhor imagem do caos em que Angola mergulhou foi ouvir o comandante da polícia de Luanda dizer que os desmandos dos seus agentes foram naturais. "Eles têm fome e sabem da existência aí [nos armazéns] de bastante comida."

Matando "dois coelhos de uma só cajadada", o Governo acusou os comerciantes expulsos de "desestabilizadores económicos" e de permanência ilegal no país, enquanto neutralizava a toda poderosa Anglo-Segu, uma empresa mista de segurança privada encarregue de proteger "o comércio dos árabes", que tinha como "cérebro" o israelita Bar-Or-Yoseph.

Acusada de constituir, à margem da lei, "um verdadeiro exército privado" de 1200 homens, segundo o Ministério do Interior, e de cobrar serviços em dólares — uma prática generalizada a toda a actividade comercial que as autoridades não conseguem pôr cobro —, a Anglo-Segu teria igualmente procedido à emissão irregular de licenças para compra e transportes de diamantes aos seus funcionários.

Até aqui desconhecias-se que empresas de segurança podiam comercializar pedras preciosas, mas o que as autoridades parecem escamotear são os interesses que estarão por detrás da Anglo-Segu onde

Continua na pág.

UNITA exige explicações a Luanda sobre atentado contra Savimbi

Negociações de Lusaca por um fio

PÚBLICO, 16.12.93

A CONTINUAÇÃO das negociações de Lusaca entre o Governo angolano e a UNITA estava ontem, ao princípio da noite, dependente do regresso do mediador da ONU à capital da Zâmbia, e do que Blondin Alioune Beye tiver conseguido do encontro, em Luanda, com o Presidente José Eduardo dos Santos, a quem terá ido pedir garantias de que incidentes como o do Cuíto não voltarão a repetir-se.

A direcção política da UNITA acusou segunda-feira o Governo de ter atentado, sábado, contra a vida do seu presidente, bombardeando o Cuíto quando Jonas Savimbi falava para simpatizantes na capital da província do Bié, recusando prosseguir as negociações de paz.

A delegação governamental

e o Governo desmentiram, acusando a organização rebelde de "encenação" e de invocar "pretextos absurdos" para a não continuação das negociações. A chefia do Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas negou, terça-feira à noite, em comunicado, que os seus aviões tivessem efectuado qualquer missão no fim-de-semana, embora tivessem prosseguido "o seu papel de defesa da soberania e integridade territorial" e apenas em "missões defensivas".

Beye, que desde o primeiro momento tentou desdramatizar o incidente, caracterizou, à sua chegada a Luanda, a sua visita como "normal", explicando que foi a Angola apenas "para informar o chefe de Estado do actual andamento das negociações",

mas fontes diplomáticas em Lusaca citadas pela Lusa disseram que a sua deslocação à capital angolana teve por objectivo discutir o ataque com o Presidente Eduardo dos Santos. O diplomata maliano afirmou que apesar do ataque de sábado ao Cuíto "o clima em Lusaca é calmo e favorável para o prosseguimento harmonioso" do diálogo.

A situação no entanto é tudo menos calma ou harmoniosa. Depois da delegação da UNITA ter dito, ontem, na capital zambiana, aos representantes da "troyka" de observadores do processo de paz — Estados Unidos, Federação da Rússia e Portugal — que não está disposta a regressar à mesa das negociações enquanto Luanda não admitir a sua responsabilidade no ataque ao Cuíto, um comunicado da organização distribuído em Lisboa não deixava dúvidas sobre a possibilidade de uma ruptura. "Se o Governo de Luanda não fornecer uma explicação dos factos, a direcção da UNITA ordenará à sua delegação que se retire das conversações", lê-se na nota, onde a organização promete ainda apresentar, no prazo de 72 horas, provas e testemunhos de "sobreviventes".

Uma das testemunhas do alegado atentado, um funcionário do Programa Alimentar Mundial, uma agência da ONU, que assistiu ao ataque de quatro caças-bombardeiros, confirmou entretanto parcialmente a versão da UNITA. Hans Vikolor não identificou os aviões como sendo do Governo e disse que Jonas Savimbi não estava no local bombardeado — uns armazéns nas imediações da cidade.

Os militares da UNAVEM e os observadores internacionais voltaram no entanto a reunir-se, ontem, para finalizar o documento sobre a formação da polícia nacional angolana e adiantar algum trabalho em relação à implementação de um cessar-fogo, embora a declaração formal do fim de 17 anos de guerra esteja tremida.

O ministério português dos Negócios Estrangeiros divulgou entretanto em Lisboa um comunicado elaborado pela "troyka" em Lusaca onde esta se manifesta satisfeita com os "significativos progressos" alcançados no diálogo da capital da Zâmbia "embora" esteja "preocupada" com a "aparente intensificação de actividades militares ofensivas em Angola" para cujo fim apelam.

ONU PRORROGA MANDATO DA UNAVEM — O mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola foi prorrogado pelo Conselho de Segurança da ONU que ontem analisou, em Nova Iorque, a situação no país. Na Resolução 890, aquela instância da ONU disse-se "pronta" a analisar a proposta do secretário-geral Butros Butros-Ghali sobre o reforço da presença da ONU em Angola em caso de sucesso das conversações. O Conselho de Segurança pediu ainda aos beligerantes que "honrem os compromissos que já assumiram" durante as conversações de Lusaca no momento em que a sua ruptura está iminente. Entretanto, o representante especial da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye, que regressou ontem ao fim da tarde a Lusaca, oriundo de Luanda, reuniu-se à noite com os representantes dos países observadores do processo de paz angolano — Estados Unidos, Federação da Rússia e Portugal — a quem informou dos resultados do seu encontro com o Presidente José Eduardo dos Santos no momento em que a UNITA ameaça abandonar completamente as negociações da capital da Zâmbia na sequência de um alegado atentado contra Jonas Savimbi. Beye analisou ainda o ultimato dado pelos rebeldes ao Governo para que reconheça, no prazo de 72 horas, que termina amanhã, a sua responsabilidade no ataque aéreo, sábado, à capital do Bié. A delegação governamental permaneceu todo o dia no hotel, enquanto a da UNITA teve vários contactos com os observadores. PÚBLICO, 16.12.93

Continuação da pág. 5

Xenofobia organizada explode em Luanda

pontificam antigos oficiais das FAPLA (ex-exército único) e da Segurança de Estado com ramificações à nomenclatura política.

E exemplo disso é esta empresa ter operado até aqui com mais de 500 espingardas e metralhadoras pesadas provenientes das forças de Defesa e Segurança, embora se diga agora que as terá adquirido no mercado local de contrabando. Mas existem outras pistas. Como confessa o próprio administrador da Ango-Segu, pela parte angolana, em substituição das pistolas de 9,5mm que indevidamente usava, a empresa passou a dispor de armas de menor calibre cedidas pela própria polícia. "Até que possamos comprar novas armas." O administrador admitiu ter sido ainda com a cum-

plicidade das autoridades que muitos dos trabalhadores agora expatriados permaneceram indevidamente no país, já que o pedido para a sua legalização feito à DNEFA (Direcção de Emigração e Fronteiras) "sofreu grandes atrasos".

No rescaldo desta operação, que terá levado também à apreensão de quantidades não especificadas de droga, o Governo promete apurar "a dimensão e ramificação desta verdadeira ameaça ao Estado democrático". Mas ninguém acredita que isso chegue até às últimas consequências. E o máximo que já aconteceu foi a exoneração do director da DNEFA. Espera-se, assim, que diminua a fuga de autênticas fortunas que à luz do dia saem pelo aeroporto de Luanda. ■

Os três países observadores propuseram aos respectivos governos que recomendassem ao Conselho de Segurança a necessidade do empenho da comunidade internacional em relação ao processo de pacificação de Angola. Ao apelo da "troyka", na véspera da reunião, ontem, daquela instância, juntou-se ainda uma recomendação do secretário-geral Butros Butros-Ghali para a prorrogação, por mais três meses, até 16 de Março de 1994, do mandato da ONU em Angola, e para a possibilidade de uma "forte presença militar" no país, em caso de sucesso das conversações.

Parlamento debate defesa civil

A Assembleia Nacional começou, por outro lado, a debater em Luanda um ante-projecto da Lei de Segurança Nacional que prevê nomeadamente a participação das Forças de Defesa Civil na defesa do país em colaboração com os outros organismos de segurança.

Se o parlamento aprovar o diploma, as Forças de Defesa Civil, que rondam actualmente os 200 mil efectivos, enquadrados por uma estrutura militar, passarão a ter legitimidade para actuar "contra possíveis investidas do inimigo", numa aparente alusão à UNITA.

Observadores em Luanda admitem que a virtual aprovação do diploma complique ainda mais a situação político-militar em Angola já que uma das grandes exigências da oposição armada angolana tem sido o completo desarmamento dos milhares de cidadãos armados pelo Governo para enfrentar as forças lideradas por Jonas Savimbi.

Os mesmo analistas sublinham que o ante-projecto de lei não deixará de criar no seio da UNITA justificados temores em relação à segurança dos seus membros e dirigentes, além de que o diploma colide com as declarações do Presidente José Eduardo dos Santos que há três meses garantiu, em Windhoek, durante uma visita oficial à Namíbia, que todos os civis seriam desarmados.

Fontes da oposição perguntam-se entretanto sobre a possibilidade de reavivar a DISA, os serviços secretos, considerando que o ante-projecto é omissivo, por exemplo, em relação a escutas telefónicas, e o papel que caberia aos tribunais, dado que a Polícia Judiciária funciona na dependência do Ministério do Interior. ■

Fernando Sousa,
com Aguiar dos Santos, em Luanda

Natal ainda sem paz

PÚBLICO, 17.12.93

TUDO aponta actualmente para que, ao contrário do que ainda há pouco esperavam algumas pessoas optimistas, Angola chegue ao Natal deste ano sem conseguir, uma vez mais, a paz global que lhe daria um certo sossego e permitiria o arranque para o desenvolvimento que tanto tarda.

Havendo as presentes conversações de Luanda entrado esta semana no seu segundo mês, encontram-se sob a ameaça de ruptura; e, na melhor das hipóteses, serão interrompidas por algum tempo, voltando-se a elas em Janeiro.

Entre 27 de Novembro e 5 de Dezembro, alguns órgãos de informação julgaram que tudo estava muito bem encaminhado e que se poderia desde já admitir a probabilidade de o cessar-fogo vir a ser assinado em Nova Iorque no dia 20 de Dezembro, pelo Presidente José Eduardo dos Santos e pelo líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi.

Ora acontece que nessa altura ainda havia muitos

problemas por resolver, como o dia a dia está a demonstrar, e que avançar de imediato para a quase certeza da paz era e é algo extraordinariamente prematuro. Mormente para quem ainda se lembra do que foi a esperança dos acordos de Bicesse e depois viu o que ocorreu após as eleições de Setembro do ano passado.

A UNITA transigiu em alguns pontos, até porque não queria vir a ser uma vez mais culpada pela continuação da guerra; mas ficou à espera de, em contrapartida, receber muitas cedências que o governo não se encontrava de modo algum disposto a fazer. De modo que, tudo se arrasta; e as acusações sobre uma tentativa de assassinio de Savimbi no Cuito são apenas mais um episódio da terrível e quase intransponível falta de confiança entre as duas partes.

O representante especial em Angola do secretário-geral das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, solicitou ontem a um e outro lado que se forme uma comissão de inquéri-

to para estudar as acusações, enquanto a imprensa oficial de Luanda admitia que a ruptura das conversações se poderá verificar em qualquer altura.

ONU paciente

Por seu turno, o mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem) foi na quarta-feira prorrogado por mais três meses, até 16 de Março, enquanto o Conselho de Segurança se dizia disposto a reforçar os efectivos de tal grupo internacional se acaso deixar de se combater em solo angolano.

Na resolução 890, aprovada por unanimidade, os 15 membros do Conselho declararam-se dispostos a estudar com rapidez todas as recomendações que o secretário-geral Butros Butros-Ghali venha a fazer no caso de se concretizar o cessar-fogo que estava a ser tentado para que começasse a vigorar em vésperas do Natal.

O Conselho de Segurança pediu ao governo e à UNITA que respeitem aquilo a que já se comprometeram em Lusaca e que ninguém sabe oficialmente o que seja, dada a política de sigilo que rodeia os trabalhos.

A fim de dar ainda hipóteses ao prosseguimento dos trabalhos, a ONU decidiu uma vez mais não aprovar, por agora, novas sanções contra a UNITA, já submetida desde 26 de Setembro a um embargo quanto à aquisição de armamento. E isto foi uma espécie de prémio aos homens de Savimbi, por no início do mês se terem mostrado flexíveis quanto ao acantonamento em condições que não eram para si as mais desejáveis.

As Nações Unidas só têm actualmente 70 homens em Angola, mas se as conversações de Lusaca tiverem êxito poderão enviar quase de imediato novos observadores militares e policiais, bem como forças que se interponham entre as duas partes até agora em conflito.

Jorge Heller

opinião

José Eduardo Aqualusa

Distúrbios governamentais

PÚBLICO, 16.12.93

"SE TENS receio de um golpe de Estado, organiza um." A frase, que o italiano Umberto Eco coloca na boca de um dos seus personagens, em "O Pêndulo de Foucault", podia ter sido escrita por Agostinho Neto. Em 1977, confrontado com um amplo movimento popular de contestação à sua liderança, Neto cria as condições para o levantamento de 27 de Maio, arrasando, na sequência dele, toda a oposição de esquerda ao MPLA.

Foi uma lição que José Eduardo dos Santos não esqueceu: em Outubro do ano passado, passeando nos Jardins do Futungo de Belas, a sua residência oficial, concebeu idêntica estratégia para afastar a UNITA de Luanda. Pouco depois, com o desmoronar do Estado e a instabilidade social a atingir os limites do intolerável, procurou um novo bode expiatório — foi a perseguição à comunidade zairense, acusada de todos os vícios, crimes e perversões, incluindo a antropofagia (inútil lembrar que entre os antropófagos zairenses do passado estão, hoje, alguns dos principais dirigentes do MPLA).

Os recentes distúrbios em Luanda são variações do mesmo modelo. Acontece que o MPLA tem o poder, mas já não assegura a gestão do país. Morrer de fome não é coisa nova em Angola e nunca afectou o regime. A novidade é que agora os esfomeados estão dentro de Luanda e passeiam a sua revolta pelas ruas de uma cidade onde, num impressionante desafio a essa miséria, circulam carros de luxo. Noutros lugares do mundo existem situações semelhantes, mas os pobres não têm nada a não ser a raiva silenciosa. Em Luanda têm armas. Sofisticadas armas de guerra.

"É tudo fuba do mesmo saco", dizia uma criança angolana entrevistada recentemente pela televisão angolana. Referia-se aos dois partidos armados. A expressão tornou-se comum em Luanda, repetida nos museques ou no asfalto por essa larga maioria da população que todas as noites se deita sem saber se, no dia seguinte, terá alguma coisa com que alimentar os filhos. Porém — e os estrategas do MPLA sabem disso —, o medo da UNITA ainda é superior ao ódio em relação à cleptocracia no poder. A notícia de que a aviação angolana quase matou Savimbi, quando nesta semana bombardeou o Cuito, deve ter assustado muitos estrategas do MPLA. Se Savimbi morrer, Luanda explode. De alívio — certamente! —, mas também de fúria. O dilema incontornável é que o MPLA necessita de manter a UNITA, ou melhor, a ameaça da UNITA, para sobreviver. Mas com o prolongamento da guerra e o colapso do Estado, a tensão social sobe todos os dias. É preciso, assim, aliviar a tensão apontando pretensos culpados e organizando tumultos. Primeiro foram os homens da UNITA em Luanda, depois os zairenses, agora os libaneses. Amanhã serão os brancos e os mestiços. E depois?

Em Luanda, toda a gente conhece o caminho para o Futungo de Belas. ■

Enquanto as conversações de paz se mantêm no impasse

Violentos combates em Angola

PÚBLICO, 19 12 93

Jorge Heitor

A guerra em Angola parece mesmo que está para durar, pois ainda ontem as Forças Armadas davam conta de violentos combates a uma mera centena de quilómetros da capital, bem como de escaramuças noutros pontos do país. E as conversações de Lusaca continuam num beco sem saída.

A notícia de combates na província do Bengo, 100 quilómetros a nordeste de Luanda, foi ontem dada por militares angolanos, no mesmo dia em que chegavam a Lisboa famílias de origem portuguesa fugidas aos horrores da guerra; e enquanto se desconhecia ainda se as conversações de paz iniciadas na Zâmbia em 15 de Novembro avançam ou não.

Segundo fontes governamentais, houve nos últimos dias violentos combates nas proximidades de Canacassala, Lifune e Lo, na parte setentrional da pro-

víncia do Bengo, bem como luta em Mona Quimbundo, na província da Lunda Sul, e incidentes com os independentistas que actuam na província de Cabinda, rica em petróleo.

Os diplomatas acreditados em Luanda dizem que as conversações de Lusaca estão presas por um fio e que não vêem grande hipótese de se sair do atoleiro antes do Natal, ao contrário do que esperavam as Nações Unidas e o Presidente norte-americano, quando há dois meses organizaram esta ronda para reactivar os acordos de Bicesse.

Uma comissão de inquérito da ONU vai agora ao Cuito, capital da província do Bié, estudar o

incidente que ali se verificou há oito dias e que levou a UNITA a suspender a sua participação nas conversações de paz, por entender que as autoridades estavam a querer matar o seu líder, Jonas Malheiro Savimbi.

Dois meses de frustração

Desde o fim de Outubro, o representante especial em Angola do secretário-geral das Nações Unidas, em cooperação com os representantes dos Estados Unidos, da Rússia e de Portugal, tem-se esforçado em que o processo de paz lançado

Continua na pág. 9

Angola expulsa 'empresários'

EXPRESSO, 18 11 93

O GOVERNO angolano lançou uma operação de grande envergadura contra comerciantes e empresários estrangeiros e angolanos para tentar melhorar a sua imagem junto da população de Luanda. Sem pré-aviso, as actividades destes «empresários privados» foram declaradas «antitéticas contra a segurança de Angola» e «desvias da estabilidade financeira, económica e social das populações». Dezenas de pessoas — libaneses, israelitas, sul-africanos, indianos e paquistaneses — receberam ordem de sair do país no prazo de 48 horas.

Segundo a polícia, muitos destes estrangeiros chegaram a Angola com alguns milhões de dólares não declarados na bagagem, triplicando-os no curto espaço de três meses mediante negócios clandestinos, entre eles a troca de arroz por diamantes. O Estado foi por várias vezes obrigado a legalizar as suas importações por terem açambarcado açúcar e farinha, provocando rupturas de «stocks».

Desta vez, porém, o Executivo de Marcolino Moco resolveu fazer um golpe de antecipação para travar a subida do descontentamento popular e evitar uma explosão de violência, desencadando uma espectacular operação policial que surpreendeu os seus adversários e baralhou as cartas. Na mesma rede foram apanhados traficantes de dinheiro e droga, açambarcadores, agitadores e quadrilhas de salteadores.

A operação, meticulosamente preparada, pôs a descoberto uma vasta e ainda mal conhecida teia cujas ramificações po-

dem envolver algumas figuras gradas do regime. Foram apreendidos vários contentores cheios de dinheiro e importantes quantidades de droga vindas do Brasil e do Médio Oriente.

Vários cidadãos angolanos foram interpelados na rua ou nas suas residências e obrigados a depositar os bilhões de kwanzas que guardavam em casa. Outros foram formalmente acusados de tráfico ilegal de divisas e diamantes.

A descoberta desta rede suscitou uma onda de pressões sobre os responsáveis pela operação por parte de alguns generais e altos funcionários ligados aos empresários e comerciantes penalizados.

A primeira das firmas visadas foi a Angosegu, uma empresa de segurança privada, mas a Natalys Group, a Campex Assico e a Carmovel Lda também foram objecto de sanções. Dirigida por Bar-Yossef, de nacionalidade israelita, com a ajuda de outros estrangeiros, a Angosegu criou um verdadeiro exército de 1200 homens que actuavam à margem da lei, tendo a ordem de expulsão dada a Bar-Yossef, suspeito de ter pertencido aos serviços secretos zairenses, sido aplaudida.

Mas surgiram logo dúvidas sobre o alcance e a eficácia da acção do Governo, considerada por alguns sectores «uma mera operação de cosmética». Fontes da oposição invocam a alegada participação de figuras influentes ligadas aos antigos e actuais serviços de segurança do Estado na gestão da Angosegu para antever o rápido levantamento das sanções.

Castigar o «pendura»

«É muito estranho que, depois de ter constatado que uma empresa representava um perigo para as instituições e a soberania de Angola, o Governo permita que prossiga normalmente as suas actividades, sem sequer mandar instaurar um inquérito», comentou um funcionário de uma empresa de segurança privada concorrente da Angosegu.

Por outro lado, estas medidas não parecem serem suficientes para melhorar a imagem do Governo junto dos luandenses, duramente afectados pela depreciação da moeda nacional e dos salários, pela escassez de alimentos e pela degradação galopante das condições de vida na capital.

Mas as autoridades esperavam colher dividendos do impacto psicológico da requisição das mercadorias armazenadas pelos açambarcadores, que os mais optimistas interpretaram apressadamente como o início de uma operação «mãos limpas». Porém, enquanto dezenas de empresários estrangeiros na posse de passaportes, bilhetes de identidade e documentação comercial falsificados foram identificados e expulsos, o rosto dos seus cúmplices angolanos ficou oculto, o que é outro motivo de desconfiança acerca das verdadeiras intenções do poder.

«Tudo isto não passa de uma luta entre grupos de influência, que atinge apenas a arraiá-miúda e estrangeira e deixa impunes os tubarões», disse ao EXPRESSO um angolano detido em 1985 por alega-

do envolvimento numa rede de tráfico de diamantes.

A forma como a operação foi conduzida acabou assim por chocar muitos dos que aprovam o conteúdo das medidas tomadas. Em vários bairros, deu lugar a actos de violência xenófoba e ao arrombamento e pilhagem de vários armazéns, em que participaram cerca de 150 polícias e que causaram pelo menos um morto. O comandante das forças da ordem justificou o comportamento dos seus subordinados porque «os polícias também têm fome», adiantando que a maioria dos agentes envolvidos foi solta por não haver lugares nas prisões. «Ficamos sem saber se não seria melhor pagar aos bandidos para nos protegerem da polícia», protestava revoltado um vigilante de um dos armazéns saqueados.

O pior é que o dólar, que tinha perdido cerca de metade do seu valor no mercado paralelo na terça-feira quando se iniciou a operação policial, recuperou dois dias depois quando os «cambistas» privados se recompuseram do susto, valendo actualmente 110 mil kwanza, com tendência para subir.

Com o seu tradicional sentido de humor, um luandense comentou: «O Governo agiu como um polícia de trânsito que em vez de fazer pagar uma multa ao condutor que cometeu uma infracção castiga o 'pendura' a quem este dera boleia».

Gustavo Costa
correspondente em LUANDA

Retomadas as negociações de paz

AS DELEGAÇÕES do Governo angolano e da UNITA aceitaram retomar as negociações de paz interrompidas no dia 13 de Dezembro pela oposição armada, que então acusou o Governo de ter tentado assassinar o seu líder, Jonas Savimbi, durante um bombardeamento ao Cuíto, província do Bié, dois dias antes.

Segundo diplomatas próximos das negociações, citados pela agência France Presse, as duas partes mostraram-se ontem decididas a levar a bom termo o processo negocial que dura há mais de um mês na capital da Zâmbia.

Para o regresso da UNITA à mesa das negociações terá sido decisivo o relatório da comissão de inquérito que investigou a acusação de atentado contra Savimbi. Os investigadores foram sexta-feira a Lusaca e ao

PÚBLICO, 22 12 93

Cuíto para apurar os factos e ontem apresentaram as suas conclusões às duas delegações: houve de facto um bombardeamento aéreo à capital do Bié mas não se confirmou a tese de atentado contra a vida do líder rebelde que ali se encontrava.

"Estamos satisfeitos com o relatório da comissão que investigou o incidente", declarou o porta-voz da UNITA, Jorge Valentim, também ministro da Informação da organização, que no dia 13 anunciou a ruptura das negociações decidida pela Comissão Política.

Depois de as duas partes se terem encontrado, ontem, na presença dos mediadores e dos observadores do processo de paz — Estados Unidos, Portugal e Rússia — para discutir os acontecimentos da semana e preparar a continuação do diálogo, o representante da ONU,

Alioune Blondin Beye, poderá anunciar hoje o recomeço do diálogo se não vingar a tese da UNITA que pediu um adiamento até ao dia 5 de Janeiro.

Na ordem do dia estão os aspectos políticos das negociações que compreendem a questão da reconciliação nacional e da repartição dos cargos governamentais entre o MPLA e a UNITA no âmbito de um Governo de unidade nacional.

A UNITA, que depois da sua derrota nas eleições multipartidárias de 1991 não viu serem-lhe atribuídas outras pastas senão a da Cultura, diz agora, num documento de onze páginas entregue aos negociadores do Governo, que quer escolher os seus ministros entre os da Defesa e do Interior, dos Negócios Estrangeiros e da Informação ou da Economia e a Administração Territorial.

Segundo diplomatas na capital zambiana que acompanham as conversações, o Governo já informou a UNITA que, tendo perdido as eleições de 1991, não lhe devia dizer quem deve ou não ocupar estes ou aqueles cargos governamentais.

A descentralização do executivo, a reorganização das forças de polícia, o papel dos meios de comunicação oficiais e as garantias de uma amnistia para todos os partidários da UNITA estão igualmente na ordem do dia.

São as negociações políticas, que de qualquer modo não deverão estar concluídas antes do dia de Natal ou mesmo do fim do ano, que condicionam agora o anúncio formal de um cessar-fogo, declaração que Alioune Beye adiou para quando estiver concluída esta fase. ■

Continuação da pág. 8

Violentos combates em Angola

em Bicesse no ano de 1991 volte a andar, depois do malogro que se seguiu às eleições presidenciais e legislativas de Setembro de 1992. Mas uma grande frustração atingiu aqueles que há 15 dias davam já o cessar-fogo como ponto assente e diziam até que o Presidente José Eduardo dos Santos iria a Nova Iorque encontrar-se com Savimbi!

No início de Novembro o governo de Angola disse ao representante especial de Butros Butros-Ghali que não se podia comprometer a decretar um cessar-fogo unilateral porque a UNITA lançara ofensivas militares numa série de localidades, apesar da sua declaração de que cessara as hostilidades.

Para além disso, Luanda alegou o mês passado que não se sentia à vontade para justificar às suas tropas uma ordem de cessar-fogo, mas Alioune Blondin Beye pediu-lhe que pelo menos garantisse uma pausa nas operações militares durante o decurso das conversações de Lusaca; e foi assim que estas arrancaram, no pressuposto de que haveria uma pausa tácita na guerra.

Depois de reafirmada pelas duas partes beligerantes a aceitação dos acordos de paz redigidos em Bicesse e das resoluções tomadas pelas Nações Unidas sobre o caso angolano, passou-se à necessidade de restabelecer o cessar-fogo quebrado após as eleições e de retirar e aquartelar as forças da UNITA que em meados deste ano se apresentavam numa situação de nítida vantagem no terreno.

Durante o primeiro mês de

trabalhos da presente fase de negociações, o partido de Jonas Savimbi aceitou em princípio a desmilitarização das suas forças, mas pediu em contrapartida o desarmamento de todas as populações civis e uma reformulação da polícia.

Mais tarde iria debater-se a reconciliação nacional e a conclusão do processo eleitoral, que ficou em meio porque na primeira volta das presidenciais José Eduardo dos Santos não chegou por um triz a atingir os 50 por cento dos votos. Mas entretanto surgiu a acusação de que a aviação governamental tentara matar Savimbi, durante uma visita deste ao Cuíto, e tudo voltou a estar em questão, tão frágil quanto há um mês.

No dia 10 deste mês os trabalhos culminaram com a aprovação formal de princípios gerais e específicos sobre o restabelecimento do cessar-fogo e de arranjos práticos, incluindo um calendário para a concretização de tais princípios. E também se aprovaram os princípios para a devida adequação das Forças Armadas Angolanas, que na prática estão a ser apenas constituídas por pessoal afecto ao governo e que deverão absorver um certo número de quadros da UNITA.

Foi aí que muitos começaram a deitar foguetes, sem terem na devida conta que movimentos de tropas e fortificação de posições continuavam a notar-se tanto de uma como de outra parte, pelo que não deveria ser nada fácil acreditar numa razoável pacificação de Angola até ao Natal. ■

Lisboa condena 'incidente' do Cuíto

PÚBLICO, 24 12 93

UMA DELEGAÇÃO da UNITA e o embaixador da República Popular de Angola em Lisboa estiveram ontem no Palácio das Necessidades para tomar conhecimento oficial do "desagrado" manifestado pelo Governo português face às movimentações militares desencadeadas por Luanda na zona do Cuíto.

Lisboa, que subcreve as conclusões do inquérito a cargo da comissão da Unavem, entende não estar de modo nenhum provado que o bombardeamento levado a cabo pelas forças governamentais tivesse por objec-

tivo atingir Jonas Savimbi, como alega a UNITA. Mas lamenta que as confirmadas movimentações militares das forças fiéis a Luanda tivessem violado o cessar-fogo de facto em Angola.

No gabinete do secretário de Estado português da Cooperação, tanto o representante da UNITA em Lisboa como o embaixador Rui Mingas foram encorajados a contrariar os efeitos de incidentes desse tipo sobre o curso das negociações, que Lisboa gostaria de ver retomadas o mais depressa possível. ■

Negociações sobre Angola mais dois dias em Lusaca

PÚBLICO, 23 12 93

A SUSPENSÃO até aos primeiros dias de Janeiro das negociações de paz entre o Governo e a UNITA, em Lusaca, só será anunciada sexta-feira pelo representante especial das Nações Unidas em Angola, Alioune Blondin Beye, informou a agência Lusa.

O enviado da agência a Lusaca escreveu que após cinco horas de reunião plenária todos os participantes optaram por prosseguir as negociações até sexta-feira, tentando concluir a discussão sobre a formação da polícia angolana.

Um porta-voz do mediador da ONU disse à agência Reuter que o dia 5 de Janeiro e São Tomé e Príncipe serão anunciados como o dia e o local do recomeço do diálogo entre os beligerantes.

A "pausa das conversações", como caracterizou uma fonte que as acompanha à agência Lusa, foi decidida por Alioune Beye, que ontem se reuniu, em sessão plenária, com as duas delegações, tendo a principal dificuldade do mediador incidido sobre a redacção do documento fazendo o ponto da situação e estipulando o adiamento.

O Governo angolano continuava a insistir ontem de manhã que o documento devia deixar clara a responsabilidade da UNITA na paragem das negociações, exigindo que isso ficasse explícito no texto a assinar por todos os intervenientes na ronda de Lusaca.

A delegação da UNITA entregou terça-feira a Beye uma carta em que inculcava o mediador da ONU pelo desempenho isento da comissão que investigou o alegado atentado contra a vida do seu líder quando este se encontrava no Cuíto, capital da província do Bié, no passado dia 11. Os peritos confirmaram o bombardeamento da cidade por aviões do Governo mas disseram não ter reunido provas de que o alvo do ataque fosse Jonas Savimbi. ■

As lições do passado

PÚBLICO, 17.12.93

AFRIKANERS saudosos de um passado que julgam glorioso evocaram ontem a sua maior vitória sobre os zulus, em 1838, com votos de combater até ao fim por uma pátria branca na nova África do Sul.

A extrema-direita branca, parte da qual envergando camuflados, reuniu-se em redor do monumento aos Pioneiros, junto a Pretória, a fim de evocar a vitória de Blood River, na região do Natal.

Muitos sul-africanos brancos ignoram hoje em dia o Geloftedag, nome deste feriado, mas para a extrema-direita ele evoca o principal passo dado para que os descendentes dos europeus viessem a dominar a África do Sul, durante os últimos 150 anos.

Na ocasião, o líder do Partido Conservador, Ferdi Hartzenberg, defendeu perante milhares de pessoas a ideia de um território só para brancos, com o seu próprio governo; enquanto o chefe neo-nazi do

grupo AWB, Eugene Terre'Blanche, fazia uma prece: "Conduzi-nos, Senhor, se necessário, a outro Blood River (rio de sangue)".

O partido zulu Inkatha, actual aliado dos brancos mais conservadores, também se manifestou ontem, uma vez mais, contra a possibilidade de perder o controlo político da sua região ancestral, agora que o ANC está em vias de triunfar nas eleições gerais do próximo ano.

No local da batalha de Isandlwana, onde em Janeiro de 1879 os zulus resistiram aos britânicos, o rei Goodwill Zwelithini defendeu com energia o direito do Kwazulu à autodeterminação, opondo-se assim à ideia de uma África do Sul de regime centralizado, sem grandes poderes para as diversas regiões que a constituem.

Quanto ao líder do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, primeiro-ministro do Kwazulu, garantiu: "Jamais seremos conquistados e submetidos. Não estamos dispostos a trocar um patrão branco por um patrão negro".

Por seu turno, o movimen-

to de Nelson Mandela assinou o trigésimo segundo aniversário do seu braço armado, o Umkhonto We Sizwe (lança da nação), que vai ser integrado nas Forças Armadas Sul-africanas.

Num estádio do Soweto, onde se tinham reunido 5.000 militantes do ANC, Mandela pediu vigilância, face aos "ruidos de botas e ameaças da extrema-direita". Mas manifestou particularmente o desejo de que os seus partidários se consagrem "à paz" e à "reconstrução" do país.

"A nossa fé na democracia deve conduzir-nos a aceitar um espírito de tolerância e de reconciliação nacional... para proteger os verdadeiros interesses de todo o nosso povo, seja qual for a sua raça, cor, origem ou sexo", afirmou o líder do ANC.

Escudo da nação

Perante dezenas de milhares de pessoas, disse em sentido figurativo que o Umkhonto se

deve transformar em "escudo da nação", associando-se a todas as demais formações armadas na defesa da democracia.

Na mesma ocasião, o comandante de tal grupo, Joe Modise, comperou-o aos movimentos que lutaram pela independência da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique.

Dentro de cinco meses a África do Sul deverá ter um Governo de Unidade Nacional, com predomínio do ANC, mas as resistências do Inkatha e da extrema-direita branca fazem temer novos conflitos, depois dos muitos que o país já conheceu no passado.

A anexação do Transvaal pela Grã-Bretanha em 1877, a guerra anglo-boer de 1880 e a anexação da terra zulu pelo Natal em 1897 foram apenas alguns dos muitos acontecimentos de violência que a África do Sul conheceu no passado, pelo que se receia por novas convulsões, num país tão diversificado. ■

Mandela na hora da moderação

Viragem sul-africana deve ser gradual

PÚBLICO, 20.12.93

O LÍDER do ANC, Nelson Mandela, disse ontem à agência Reuter que a reconstrução da África do Sul deve começar imediatamente depois das eleições de Abril do próximo ano, mas que a mudança deve ser gradual, de modo a corresponder às aspirações dos negros sem assustar os brancos.

O homem que provavelmente vai suceder a Frederik de Klerk como Presidente da República declarou que poderá levar "alguns anos" até que um governo chefiado pelo ANC consiga responder plenamente às necessidades da maioria negra: "Estamos a avisar a nossa gente contra as expectativas exageradas. Para enfrentar os problemas da habitação, do emprego, da educação e da saúde é necessário mobilizar recursos".

A mudança deve ser suave, devendo ir ao encontro das necessidades dos negros sem no entanto assustar os brancos, que durante muito tempo se habituaram a governar o território que é hoje a África do Sul, afirmou Mandela.

Por outro lado, acusou o actual governo de ser conivente na violência que tem sido registada nas comunidades negras, pois que desejaria impedir o ANC de conseguir uma maioria nas eleições de 27 de Abril.

Nelson Mandela também disse na sua entrevista à Reuter que seria um "trágico erro" subestimar a capacidade da extrema-direita branca de desestabilizar um governo democrático, pelo que o ANC fará todos os esforços para a persuadir a aderir ao processo de transição; sem

no entanto reservar nenhum espaço só para brancos.

Segundo ele, a violência poderia levar 40 por cento dos negros a absterem-se, aumentando as hipóteses de o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, conseguir um bom resultado, que de outro modo lhe seria muito difícil.

No seu entender, os brancos da África do Sul não têm razão para recear um governo que inclua o ANC, pois que algumas das necessidades dos negros poderão ser respeitadas sem tocar nas propriedades da minoria branca.

Enquanto isto, o Partido Inkatha, constituído à base de zulus, indicou que só em Janeiro é que vai decidir, numa conferência especial, se participa ou não nas eleições de Abril. ■



OS BOERS da Frente Popular Afrikaner (AVF) renunciaram ontem, no último instante, a assinar um acordo com o Congresso Nacional Africano (ANC), pelo qual desistiam do boicote às eleições sul-africanas de Abril em troca da promessa de que se estudariam formas para garantir o direito dos afrikaners à autodeterminação. Constand Viljoen, líder da AVF (à esquerda na foto, ao lado de Jacob Zuma, do ANC), garantiu que ainda considera o acordo válido, mas lamentou não poder assiná-lo porque isso provocaria o colapso da Aliança da Liberdade. Esta Aliança, a que a AVF pertence, integra organizações brancas e negras (como o partido zulu Inkhata) que defendem o boicote eleitoral se a Constituição não previr governos regionais com ampla autonomia. ■

PÚBLICO, 22.12.93

Tutu só quer portugueses "empenhados"

PÚBLICO, 14 12 93

O ARCEBISPO anglicano e Prémio Nobel da Paz, Desmond Tutu, afirmou ontem à agência Lusa que só os portugueses empenhados na África do Sul interessam a este país e que os restantes "podem partir".

Desmond Tutu, que falava em entrevista à agência portuguesa e a um jornal australiano, referia-se aos imigrantes que procuraram na África do Sul um refúgio para atitudes racistas, transportadas de outros países ou antigas colónias.

"Se vieram para aqui em fuga de problemas talvez deixassem partir, sabe, porque queremos pessoas que se empenhem neste país, que digam 'vamos agarrar e aguentar'", acrescentou.

"Não penso que devamos gastar muito das nossas energias a persuadir gente com um empenho duvidoso porque teremos continuamente de fazer concessões, ao tentar mantê-los aqui", defendeu o arcebispo, que falava na sua residência, na cidade do Cabo, distanciando-se deste modo, da "campanha de sedução" que tem sido assumida pelo líder do ANC, Nelson Mandela.

A este propósito, Tutu citou o exemplo da antiga Rodésia (actual Zimbabué), onde muitos brancos recavam pelo seu futuro no pós-independência, e pensavam então em abandonar o país. Ficaram "muito surpreendidos" com a manutenção da estabilidade e estão agora a regressar em grande número, acres-

centou o arcebispo anglicano.

Alargando esta reflexão aos sul-africanos de origem britânica, Desmond Tutu afirmou que, se os súditos da rainha Isabel II receiam a recessão económica e o racismo na África do Sul, a situação da Grã-Bretanha está longe de ser melhor nestes domínios. "Dir-lhes-ei o que vão depois fazer quando este país emergir deste túnel de violência e se tornar estável e próspero — porque temos recursos naturais e recursos humanos — para se tornar, talvez, um dos maiores êxitos da história de África".

Convencido de que o ódio dos negros aos brancos não é uma atitude latente, Tutu perguntou: "Não deveríamos antes afirmar que é espantoso haver tão poucos sentimentos anti-

brancos no nosso país, dado o ponto de onde viemos?"

E, para confirmar a sua opinião, sublinhou: "O milagre do nosso país é a existência de tanta gente profundamente empenhada no não-racismo. Não creio que a negritude antibranco vá ser um problema".

Neste domínio, vaticinou o arcebispo nesta conversa, ficará "muito, muito surpreendido" se a África do Sul vier a experimentar uma escalada de racismo antibranco, após a eleição de um governo representativo de todas as raças — o que, na sua opinião, é urgente acontecer no país, tendo em conta mesmo que a comunidade negra "ansia participar pela primeira vez nas eleições".

Lusa

Demissões em Cabo Verde

O PRIMEIRO-MINISTRO cabo-verdiano demitiu ontem dois membros do seu Governo que acusou de "porem em causa os fundamentos da estabilidade da governação e do sistema político".

PÚBLICO, 21 12 93

Numa comunicação dirigida ao país, Carlos Veiga anunciou que solicitou ao Presidente da República, António Mascarenhas Monteiro, a exoneração dos ministros da Justiça e Trabalho e da Administração Pública e Assun-

ção, surjam alternativas no Parlamento, respectivamente Eurico Monteiro e Alfredo Teixeira. As demissões ocorrem depois de Eurico Monteiro ter anunciado, no sábado, a sua candidatura à liderança do Movimento para a Democracia (no poder), em alternativa a Carlos Veiga.

Segundo o chefe do Governo, "é normal e sábio que, em de-

seio de um partido democrático, que aceita estatutariamente a existência de tendências", mas que "já não é normal que dessa candidatura o primeiro-ministro tome conhecimento pela imprensa" e que "os dirigentes do partido no poder e membros do Governo expressem, em sessão pública, divergências de fundo em relação à política do Governo".

"Independência" dos brancos de Orange

PÚBLICO, 16 12 93

UM DIRIGENTE do Partido Conservador (CP) no Estado Livre de Orange proclamou ontem, no Parlamento, a independência do Estado Livre de Orange, ameaçando resistir pela força à integração daquela província numa África do Sul sem "apartheid".

Abrie Oosthuizen precisou que esta decisão foi tomada na sequência de uma sondagem efectuada pelos conservadores e pelo partido de extrema-direita Afrikaner Volksfront (AVF — Frente Popular Afrikaner). Os resultados deste inquérito, realizado junto de 36.841 brancos, escolhidos ao acaso, nos 55 distritos e cidades que integram a província, mostram que 88,63 por cento dos inquiridos são a favor da criação de um "Volkstaat" (Estado branco), contra 11,37 por cento de indecisos ou pessoas favoráveis ao Partido Nacional (NP), no poder, ou ao ANC (Congresso Nacional Africano).

Um recenseamento de 1992, citado pela France Presse, indica que a população do Estado Livre de Orange tem 33.400 brancos, 72.700 mestiços e 2.280.700 negros.

"O conselho do CP do Estado Livre de Orange pode agora declarar que a província inteira quer fazer parte de um Estado afrikaner livre", frisou Oosthui-

zen. "O Estado Livre [de Orange] não fará parte do governo unitário NP-ANC".

Usar a força

"Se [o Presidente] Frederick de Klerk ou [o líder do ANC] Nelson Mandela querem que o Estado Livre [de Orange] faça parte da 'nova África do Sul', devem fazê-lo pela força", avisou. "A violência será da responsabilidade do Partido Nacional e do ANC. Numa tal eventualidade, defenderemos o Estado Livre [de Orange] pela força".

Oosthuizen declarou que o conselho de Estado nomeará o seu próprio administrador provincial e o comité executivo, no início do próximo ano, e depois disso os responsáveis nomeados pelo Governo central não terão "nenhuma autoridade sobre os 88,63 por cento de afrikaners" da região.

Embora representem apenas 12,4 por cento da população do Estado Livre de Orange, os brancos "possuem 100 por cento das terras e são eles que pagam os impostos — os outros são apenas trabalhadores", comentou o dirigente do Partido Conservador.

"Mais de 80 por cento da população negra do Estado Livre de

Orange é constituída por estrangeiros em situação ilegal", adiantou. "Eles não falam inglês nem afrikaans". Para as primeiras eleições multirraciais, no dia 27 de Abril próximo, "todas as pessoas que aparentam mais de 18 anos terão direito de voto, incluindo os imigrantes clandestinos da África Central. Há mais cianostinos que sul-africanos em situação legal no Estado Livre de Orange".

Em Joanesburgo, um porta-voz do ANC, Carl Niehaus, qualificou o anúncio dos conservadores como "ridículo", rejeitando totalmente a ideia de um Estado independente. A preparação de eleições em Orange "vai continuar como está previsto", frisou.

Dia muito especial

Os afrikaners, o Congresso Nacional Africano e os zulus celebram hoje, de maneiras diferentes, a história atormentada da África do Sul, por ocasião do "dia do juramento", o feriado mais sagrado do calendário afrikaner, repudiado pela maioria negra.

Os brancos comemoram a vitória dos pioneiros afrikaner sobre os zulus, obtida em 1838, graças a um "juramento a Deus", na-

ma batalha que deixou o seu nome na província do Natal, "Blood River" (Rio de Sangue).

Ao afirmar que se trata de uma simples "festa religiosa", a extrema-direita branca deverá realizar uma manifestação de protesto contra o actual processo de transição para a democracia. Os manifestantes concentrar-se-ão no "Monumento aos Pioneiros", numa colina sobranceira a Pretória, um gigantesco edifício construído entre 1938 e 1949, à glória dos colonos afrikaners que atravessaram o país, de norte a sul, em charretes puxadas por bois, para fugir de outros colonos — os britânicos.

Para o ANC, o dia de hoje marca o nascimento do MK, o seu braço armado, Umkhonto we Sizwe, que efectuou os primeiros atentados à bomba, em Durban, em 15 e 16 de Dezembro de 1961. Este 32º aniversário será o último, já que os 5000 a 10 mil homens do MK deverão ser integrados, juntamente com o Exército regular, numa "Nova Força de Defesa Sul-africana".

O partido zulu Inkatha vai, por seu turno, aproveitar a ocasião para comemorar a vitória dos exércitos zulus contra os britânicos, na batalha de Isandlwana, que ocorreu em 1879 — mas em Janeiro. ■

Acordo histórico entre a extrema-direita branca sul-africana e o ANC

Autodeterminação afrikaner

PÚBLICO, 21 12 93

Jorge Heitor

A Frente Popular Afrikaner (AVF), do general Constant Viljoen, conseguiu ontem arrancar ao Congresso Nacional Africano (ANC) um acordo de princípio que constitui uma esperança de melhores dias para a República da África do Sul, antes e após as eleições de 27 de Abril de 1994.

Aquela aliança do Partido Conservador e de forças situadas à sua direita afirmou na Cidade do Cabo que poderá assinar hoje com o ANC, em Joanesburgo, o "acordo estratégico interino" pelo qual aceita a democracia não-racial na África do Sul, em troca da promessa de que se buscarão formas para garantir o direito dos afrikaners à autodeterminação.

Aparentemente, talvez esteja em curso um grande equívoco, pois os conservadores e os neo-nazis aceitam desistir do seu bloqueio às eleições de Abril na esperança de que vão ter uma pátria só para eles, um *Volkstaat*. Mas isto sempre tem sido contra os princípios do movimento chefiado por Nelson Mandela, pelo que não se vê muito bem como é que o compromisso irá ser possível.

O Parlamento sul-africano, constituído por brancos, mestiços e indianos, deverá aprovar ainda esta semana uma proposta de Constituição que prevê um período interino de cinco anos durante o qual o país será governado por uma larga coligação, provavelmente chefiada pelo ANC, com base nos resultados a apurar em Abril.

De modo a evitar que os deputados conservadores levantem grandes obstáculos à aprovação do texto constitu-

cional, era extremamente útil aos grupos de Frederik de Klerk e de Mandela conseguir convencê-los de que os seus anseios serão respeitados. E por isso é que o ANC foi o mais longe que podia na tentativa de um compromisso, mas resta ainda ver se o mesmo não irá por água abaixo daqui a algum tempo.

Torpedear o Inkatha

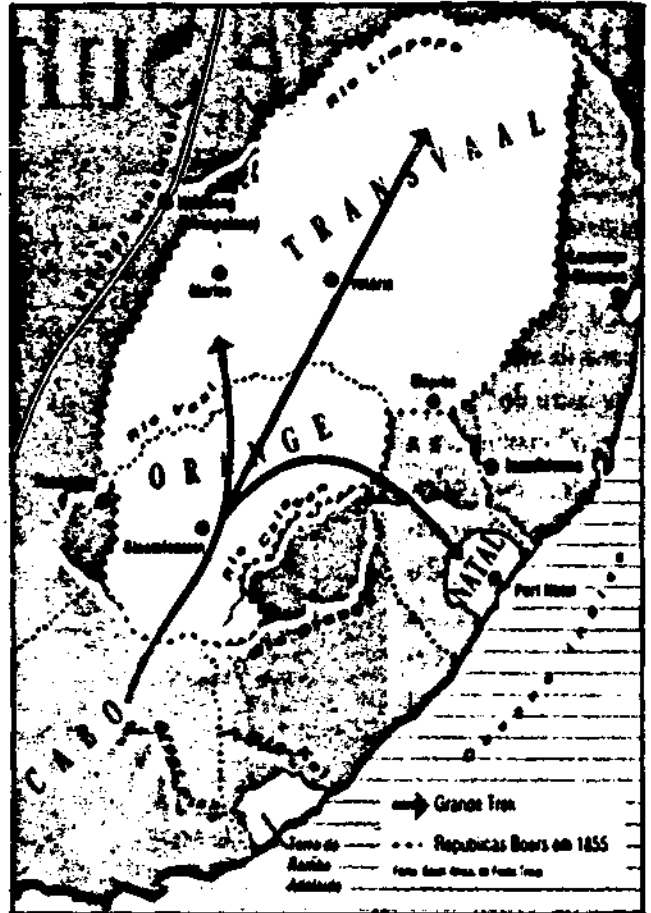
Note-se que o acordo de ontem foi anunciado pouco antes de uma reunião conjunta que o Governo e o movimento de Mandela iam fazer com a Aliança da Liberdade, que inclui a AVF e o Partido Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi. Precisamente para se tentar satisfazer as reivindicações dos conservadores brancos e negros quanto à autonomia fiscal e administrativa dos governos regionais, numa África do Sul pós-apartheid.

Neste contexto, bem se poderá especular que o ANC teria tentado torpedear o controverso princípio zulu, isolando-o dos seus amigos da extrema-direita branca; pois neste jogo sul-africano, com tantos parceiros, parece às vezes que todos os truques são possíveis, para se tentar chegar aos resultados desejados.

A AVF e o Inkatha têm dito algumas vezes que se a Constituição não tiver na devida conta os seus interesses de vasta autonomia regional se corre o perigo de uma guerra civil, pois que não estarão dispostos a aceitar uma África do Sul unificada, apenas baseada no querer do ANC e do Partido Nacional.

Portanto, algum progres-

Os boers mais radicais conseguiram entender-se com o ANC; e julgam agora mais próximo o dia da autodeterminação para um pequeno estado governado por brancos, substituído daquilo que a África do Sul vai deixar de ser. Mas são de prever grandes dificuldades na concretização desse acordo de princípio.



so já foi alcançado com o acordo de princípio conhecido ontem, mas ainda muito mais falta fazer nas próximas semanas para que, de facto, todas as forças conservadoras, brancas e negras, aceitem ir às eleições de Abril, verdadeiro ponto de partida para uma complexa pátria multiracial de funcionamento democrático.

O texto elaborado pelo movimento de Mandela e

pelos homens de Viljoen é suficientemente ambíguo para permitir as mais diversas interpretações, pois apenas reconhece a necessidade de "procurar os meios de responder ao desejo de numerosos afrikaners de autodeterminação no âmbito de um *Volkstaat*" (provincia dotada de grande autonomia). E essa procura irá certamente ser ainda muito espinhosa. ■

A incrível saga do povo boer

OS BOERS, que uma vez mais estão hoje em dia a lutar por uma pátria, são um povo que se formou na África Austral durante os últimos séculos, a partir de colonos holandeses e de huguenotes franceses, e que sempre se dirigiu muito independentemente.

Boer significa um agricultor, mas a partir das grandes migrações de 1836, o Grande Trek, e deixava pouco a aplicar-se a todos os afrikaners, brancos com uma língua proveniente do antigo holandês, tal como no século XVII era falado nos Países Baixos.

Há cerca de 160 anos, quando na Península Ibérica e em toda a Europa absolutistas e libe-

rais, os descendentes de holandeses, franceses e alemães que viviam na então colónia britânica do Cabo começaram a deslocar-se para leste e norte, por não se quizerem subordinar aos interesses da Inglaterra. Tal como agora não se querem sujeitar à governação do ANC.

Os boers constituíram-se assim como um povo livre, que nada queria ter com as antigas lutas da Europa, mas antes formar uma sociedade inteiramente nova, em terras a descobrir. Só que, em muitas dessas terras havia negros, que os afrikaners tiveram de enfrentar, por vezes ao mesmo tempo que combatiam as tropas do Majestade britânico. E a luta foi arduamente o

seu carácter. Entre 1836 e 1846, umas 14.000 pessoas de origem europeia deixaram as terras do Cabo para o interior da África Austral, a exemplo de outros brancos que a partir da Nova Inglaterra avançavam pela América do Norte, rumo ao Far West.

Nos novos territórios providos por brancos foram surgindo "repúblicas", como a de Natal, que Andries Pretorius criou em 1840, com capital em Ficksburg, ou a do Transvaal, que a Grã-Bretanha reconheceu em 1852 e que no ano seguinte adoptou o nome de República Sul-Africana.

Em 1854 havia cinco repúblicas. Em 1910,

numa fase de esparçamento, formou-se a União Sul-Africana, no âmbito da Commonwealth, mas em 1961 o país proclamou a República, anulando o tratado de reconhecimento tido sobre quaisquer laços de associação a Londres.

Este breve resumo mostra como aquilo que se está agora a assistir é, apenas, um episódio mais da História de populações brancas, de religião protestante, que ao longo dos últimos séculos se estabeleceram na África Austral e que ali se centem com tanto direito a um Estado como os povos de qualquer outra etnia, mesmo que estes sejam minoritários na região. ■ J.A.

Motim no acantonamento

PÚBLICO, 17.12.93

COMPROMETENDO ainda mais o calendário de acantonamento dos ex-beligerantes moçambicanos, alguns militares governamentais amotinaram-se na província de Nampula, exigindo o pagamento de um "subsídio de risco".

O motim eclodiu quarta-feira na área de acantonamento de Namialo, a 90 quilómetros da cidade de Nampula, quando um número indeterminado de soldados (fonte da ONU falou à agência Reuter de uns 25) abandonou as suas posições e ocupou a estação dos caminhos de ferro, interrompendo o tráfego ferroviário e rodoviário e paralisando a actividade comercial na vila.

O governador da província, Alfredo Gamito, revelou que uma força policial enviada para Namialo se envolveu em escaramuças de que resultou um ferido entre os amotinados. Os militares, que tinham pertencido à for-

ça de protecção do "corredor de Nacala", reivindicam do governo o pagamento de um subsídio, mas as autoridades afirmam que tal exigência não tem fundamento. A agitação na área de acantonamento de Namialo, a única destinada a tropas do governo na província de Nampula, remonta a segunda-feira, quando os soldados tomaram como refém o coronel Ndupa, comandante da força de protecção, como forma de pressionar as autoridades.

O motim, que entretanto já parece sanado, poderá agravar ainda mais os atrasos no processo de acantonamento, que vem decorrendo desde 30 de Novembro em 29 das 49 áreas inicialmente previstas para o efeito. Até agora, o governo já movimentou efectivos para 11 das áreas que lhe foram atribuídas, mas a Renamo apenas dirigiu tropas suas para três áreas, todas elas a norte do rio Zambeze.

Segundo fontes oficiais, o governo acantonou já mais de 5000 homens e procedeu à entrega de outras tantas armas. Contudo, a Renamo apenas movimentou 800 homens e só na área de Mohiua, na Zambézia, é que entregou armas, em número de 300. Em Niassa e Nampula os guerrilheiros recusaram-se a entregar o armamento nas áreas onde se apresentaram, alegando ausência de ordens nesse sentido oriundas da base central de Maringá.

Formação no Zimbabwe

Oitenta mil combatentes de ambos os lados deveriam ser acantonados até ao fim de Dezembro, com vista à dissolução dos dois exércitos. Segundo o calendário do processo de paz, a consequente formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), unificadas e apartidárias, deverá estar concluída até Setem-

bro do próximo ano, um mês antes da realização das eleições.

Nesse sentido, 640 instrutores das futuras FADM concluíram já a sua formação no campo de Nyanga, no Zimbabwe, treinados por especialistas britânicos e zimbabueanos.

Ao falar na cerimónia de encerramento do curso, no domingo passado, em Nyanga, a baronesa Linda Chariker, secretária de Estado britânica dos Negócios Estrangeiros, congratulou-se com os resultados e recordou que "a lição doutras situações na África e noutras partes é que, se um exército eficiente e verdadeiramente integrado não for estabelecido, é pouco provável que as acordos de paz durem".

Com a formação dos instrutores, estão criadas as condições para que em Janeiro possa ter início o treino de 17 batalhões de infantaria, com 15.000 dos 30.000 homens que deverão constituir as Forças Armadas de Defesa de Moçambique. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Manifestações contra polícia

PÚBLICO, 15.12.93

VÁRIAS PESSOAS ficaram feridas na sequência de uma intervenção policial para dispersar os manifestantes que hostilizaram as autoridades policiais na vila fronteiriça de Ressano Garcia,

noticiou ontem a Rádio Moçambique. De acordo com esta emissora, na origem da "manifestação popular contra as forças da lei e da ordem" está a morte de um jovem baleado pela polícia durante um convívio musical nesta cidade.

A estação oficial moçambicana refere ainda que para dispersar os manifestantes, a polícia fez alguns disparos, atingindo "várias pessoas", tendo algumas delas sido transferidas para o Hospital Central de Maputo.

O comando da polícia da província de Maputo prometeu "informações adicionais" após investigação porpenhorizada sobre os incidentes. É a primeira vez que são reportados actos de violência popular directamente contra a polícia desde a independência do país em 1975.

Entretanto, uma equipa da Assistência Médica Internacional (AMI) visitou o campo de refugiados de Ressano Garcia. Segundo os médicos da AMI os índices de mortalidade ainda são

muito altos entre os deslocados, e em áreas onde a assistência externa, quando existe, é escassa.

Na região Norte do país, onde a AMI também tem uma equipa médica e de enfermagem, estima-se que, numa população total de 1,5 a 2 milhões de habitantes, existem cerca de 400 mil casos de tuberculose, 60 mil de lepra e que a incidência de malária, bilharziose e malnutrição atinja cerca de 80 por cento da população, sube o PÚBLICO junto desta organização. ■

Invasão de pioneiros do Malawi

PÚBLICO, 21.12.93

AS AUTORIDADES moçambicanas declararam-se ontem "profundamente preocupadas" com a situação criada por um milhar de Jovens Pioneiros do partido governamental do Malawi, que passaram a fronteira a salto, transportando armas, e se encontram em parte incerta, nas províncias de Zambézia e Tete.

O chefe da diplomacia de Maputo, Pascoal Mocumbi, anunciou que o Governo considera a possibilidade de convocar uma reunião urgente da comissão conjunta de segurança Moçambique/Malawi, para abordar o problema. Mocumbi revelou que convocara sexta-feira o embaixador malawita em Maputo para lhe comunicar as preocupações do executivo,

mas que o diplomata lhe respondeu que "não sabia nada e que ia pedir instruções ao seu governo". O ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros convocou igualmente os embaixadores dos cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, para lhes expor a situação.

Alojamento na Renamo

Uma fonte oficial em Maputo anunciou quinta-feira que aquela força penetrou em território moçambicano na região fronteiriça de Milanje, oriunda do vizinho Malawi, e que parte dela estaria alojada numa base da

Renamo. Estas alegações foram categoricamente desmentidas pelo secretário-geral da Resistência, Vicente Ululu, que negou qualquer relação do seu movimento com aqueles efectivos.

Os Jovens Pioneiros, organização paramilitar do Partido do Congresso do Malawi e principal força apoiante da ditadura do Presidente Banda, encontram-se actualmente em fase de desmembramento, no quadro do processo de democratização em curso no país. Há três semanas registaram-se incidentes violentos entre os Pioneiros e o Exército, de que resultaram a morte de três soldados. Em consequência, as Forças Armadas do Malawi resolveram desencadear uma

vasta campanha com vista ao desarmamento dos Jovens Pioneiros, o que poderia estar na origem da deslocação de um milhar deles para Moçambique.

Pascoal Mocumbi sublinhou que "é preciso defender a soberania nacional, que está a ser posta em causa", precisando contudo que tal incumbência compete ao Governo moçambicano e não à Onuz. O representante especial de Butros-Ghali em Moçambique, Aldo Ajello, confirmou que a operação de paz das Nações Unidas não foi mandatada para situações do género, mas ofereceu os seus préstimos para ajudar a encontrar soluções. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Renamo libertou alegado conspirador

PÚBLICO, 22 12 93

DEPOIS DE uma hora e meia de conversações entre Afonso Dhlakama e Aldo Ajello, o Renamo libertou ontem um agente da polícia moçambicana que mantinha preso e vinha interrogando há três dias sobre um alegado atentado contra a vida do seu líder.

Aldo Ajello, representante do secretário-geral da ONU em Moçambique, deslocou-se propositalmente à cidade norte-nha de Nampula na tentativa de alcançar uma solução para o incidente que poderia ter tido consequências negativas no processo de paz.

O sargento Santos Puchekuele foi detido pela segurança da Renamo, juntamente com três colegas seus, domingo de manhã, em Nampula, nas imediações da Assembleia Provincial, que Dhlakama deveria visitar pouco depois. Os quatro agentes trajavam à civil e eram

portadores de duas pistolas e dois radio-transmissores.

O chefe do Estado-Maior da Polícia de Nampula declarou que os quatro agentes se encontravam no local em missão de protecção a Afonso Dhlakama, com prévio conhecimento da Renamo. A resistência, contudo, nega esta versão e afirma que se tratava, de facto, de uma tentativa de assassinio do líder, orquestrada por Eduardo Nihia, primeiro-secretário da Frelimo na província.

Os outros três homens que a Renamo capturou, entre os quais um oficial e um aspirante, foram libertados algumas horas depois.

Segundo o correspondente em Nampula da Rádio Moçambique, Santos Puchekuele esteve prisioneiro nas dependências da mesma casa onde Afonso Dhlakama se encontrava hospedado, tendo permanecido

longas horas amarrado e praticamente nu.

Entretanto, a 90 quilómetros de Nampula, a vila de Namialo continua sob o controlo de meio milhão de soldados da força de protecção do Corredor de Nacala que se amotinaram quarta-feira da semana passada. Os militares, reunidos no Namialo para serem acantonados e desmobilizados, reivindicam o pagamento de um subsídio de risco, que alegadamente lhes é devido pela empresa que procede à reabilitação da via férrea.

Exigindo o pagamento do subsídio, os amotinados barricaram as linhas do caminho de ferro com montes de areia, interrompendo há uma semana o tráfego entre Nampula e Nacala e afectando todo o movimento de comboios naquela linha internacional.

A situação tem causado vi-

va perturbação na Vila de Namialo, privada de água há oito dias na sequência da sabotagem da estação elevatória pelos soldados que também apreenderam seis viaturas e duas escavadoras à empresa com quem estão em litígio.

Na tentativa de desbloquear a situação, o Estado-Maior General das Forças Armadas de Moçambique enviou, sábado, uma brigada para o local, mas os contactos efectuados não se traduziram em quaisquer resultados e os negociadores regressaram no mesmo dia à capital da província.

O motim de Namialo constituiu o incidente mais grave registado até ao momento no processo de desmantelamento das forças beligerantes que já acantonou 2518 guerrilheiros e 6844 soldados governamentais. ■

José Pinto de Sá,
em Maputo

Dhlakama fala de atentado

PÚBLICO, 20 12 93

O LÍDER da Renamo, Afonso Dhlakama, acusou ontem as autoridades moçambicanas de atentarem contra a sua vida, pois que quatro homens armados foram detidos junto a um local que deveria visitar, na cidade de Nampula.

Os homens, que estavam à civil, eram portadores de duas pistolas e dois radiotransmissores, quando na manhã de ontem foram neutralizados pelos serviços de segurança da Renamo, junto do edifício da Assembleia Provincial de Nampula, onde Dhlakama deveria ter um encontro com líderes religiosos e homens de negócios. Depois disso, simpatizantes da Resistência espancaram-nos, até que

a polícia interveio e deteve um deles. Os outros ficaram em poder do principal partido da oposição, que os acusa de serem agentes da autoridade que preparavam um atentado.

Em resposta a tais acusações, o chefe do estado-maior da polícia de Nampula afirmou que dois agentes da sua corporação tinham sido de facto destacados para o local, armados e trajando à civil, mas que era apenas uma medida de protecção ao presidente da Renamo, que teria tido prévio conhecimento do caso.

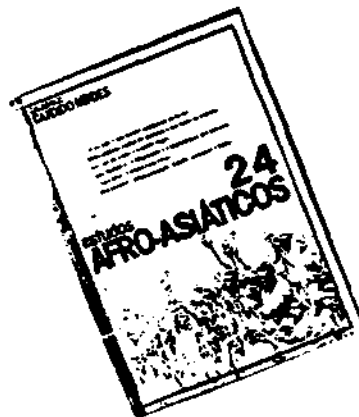
Ao falar a jornalistas, Afonso Dhlakama negou que o seu partido tivesse recebido qualquer informação a esse respeito; e advertiu o governo das graves

consequências que o incidente pode vir a ter no processo de paz.

Para a polícia, o envio dos agentes à paisana destinava-se a evitar atitudes hostis contra Dhlakama e fora decidido na sequência de manifestações ocorridas quinta-feira no aeroporto de Nampula, à chegada do chefe da oposição, que ouviu algumas frases pouco elogiosas. A deslocação ao Norte insere-se numa viagem de pré-campanha eleitoral por todo o território de Moçambique, a fim de o chefe da Renamo tentar dar de si e do seu partido uma nova geração de liderança que lhe valha uma razoável quantidade de votos. ■

José Pinto de Sá,
em Maputo

ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE



LIGUE 531-2000
RAMAL 259



NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Glórcia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Conj 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel (021)531-2000/R 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155 - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250,00; Instituições nacionais: US\$ 200,00; Pesquisadores: US\$ 100,00 (Dólar comercial). We ask exchange.

I M P R E S S O